



**SINDICATO DOS TRABALHADORES DE ARQUEOLOGIA**

**RELATÓRIO E CONTAS**

**2020**

## INTRODUÇÃO

O terceiro e último ano do mandato directivo 2017-2020 assinala-se pelos tempos anómalos, tempos de pandemia. A COVID-19 alterou abruptamente a vida das pessoas e agudizou a precariedade que marca a Arqueologia. Como tal, também a acção do STARQ se intensificou. O STARQ tem procurado estar ao lado dos trabalhadores que, de um dia para o outro, se viram privados de rendimentos e sem meios para ultrapassar uma crise cujas idiossincrasias já a tornam tão difícil de viver. Neste cenário, o STARQ não pode deixar de referir as trabalhadoras e trabalhadores a falsos recibos verdes a quem os sucessivos Governos continuam a negar a regularização do vínculo laboral e a quem poucos ou nenhuns apoios estatais foram concedidos. O STARQ também não pode deixar de mencionar aquelas e aqueles que, em pleno Estado de emergência, continuaram a deslocar-se para os locais de trabalho, colocando em risco as suas vidas e as das suas famílias.

A pandemia acentuou as fragilidades de um sector sucessivamente negligenciado. É gritante o crescente desinvestimento público no Património Cultural, na Cultura. O STARQ tem procurado dar voz aos profissionais de Arqueologia, lutado para que se tomem medidas mitigadoras e para que sejam delineadas estratégias no Presente e no Futuro. Por isso, o STARQ tem tido uma intensa acção reivindicativa junto da Direcção-Geral do Património Cultural (DGPC), das Direcções Regionais de Cultura, do Ministério da Cultura e de outras entidades do sector cultural.

Neste ano, fruto das vicissitudes, tivemos novidades na comunicação com a comunidade, mas também estivemos em diversas acções e encontros e nos quais não só são dados a conhecer os problemas que assolam a Arqueologia, como estes são debatidos e, em caso disso, articulados com outros sectores da Cultura e com demais realidades laborais e sociais.

2020 representou, por isso, um ano de maior reivindicação laboral, com várias acções de sensibilização, manifestação e defesa dos trabalhadores das mais diversas áreas; dos mais e menos precários; no sector privado e no público, com destaque particular para os efeitos da pandemia COVID-19. Lutamos contra a extrema e persistente precariedade no sector privado da actividade arqueológica e a necessidade dramática de recrutamento de trabalhadores em funções públicas. Lutamos por uma estratégia para o património, dotado de um orçamento correspondente, que promova o desenvolvimento do conhecimento e da fruição cultural pela sociedade.

Com esses propósitos, bastante do nosso trabalho sindical passa pela recolha, estudo e

discussão de situações e temáticas que afligem o sector, mas também na nossa formação e num trabalho semanal de organização e planificação. O nosso principal objectivo passou pela construção de uma base que permita uma maior protecção, capaz de enfrentar a precariedade e os baixos salários, assente na realização de Acordos Colectivos. Para tornar mais séria esta meta temos levado a cabo uma campanha de sindicalização, que resultou no maior crescimento de associados e quotas desde a fundação do sindicato. Este importante reforço permite protocolar o apoio jurídico gratuito a vários trabalhadores, com resultados positivos para os mesmos, como alavancar outros protocolos com benefícios para os próprios.

Quanto mais força tivermos, maior a capacidade de acção para mitigar a gritante e injustificada precariedade dos arqueólogos, antropólogos, conservadores-restauradores e demais técnicos do património. É fundamental que o sector entenda que **é chegado o tempo** de exigir que as **boas práticas** nas relações laborais sejam as únicas possíveis. É fundamental a União e Contributo de todos para esta realidade.

## 1. SÓCIOS

O STARQ conta presentemente com 188 sócios, dos quais 35 se inscreveram no ano de 2020, face aos 25 do ano anterior e aos 5 já do presente ano. O crescimento do STARQ é essencial para desenvolver o trabalho de defesa dos Trabalhadores e do Património. Estes anos têm sido de verdadeiro sucesso na sindicalização, com um crescimento de filiados de c.106% no mandato de 2017-2020.

## 2. ACTIVIDADES

### 2.1 Actividade Sindical

O Sindicato dos Trabalhadores de Arqueologia desenvolve uma acção de **luta** contínua. Luta não só pela reivindicação dos **direitos dos trabalhadores**, mas também em **defesa do património** e da **cultura** e **contra a discriminação**. Esta luta é indissociável dos variados problemas que atingem os trabalhadores de arqueologia, tendo, em consonância, a direcção desenvolvido várias acções:

1. Em Janeiro, o STARQ recebeu múltiplas denúncias sobre o recurso ao **trabalho voluntário em escavações arqueológicas** em Conimbriga. A indignação, que

alastrou entre a comunidade arqueológica, alcançando bastante exposição mediática, não residia propriamente no recurso ao voluntariado, mas na forma como o seu recrutamento foi anunciado, nas condições (ou falta delas) oferecidas e no facto de se tratar de um organismo público. Após análise cuidada da situação, o STARQ assumiu uma posição pública sobre o caso e pediu esclarecimentos às entidades em causa. Impõe-se clarificar que (i) o STARQ não é contra o voluntariado (cultural, social, juvenil, sénior, formativo, cívico, etc); (ii) as fronteiras entre trabalho e voluntariado têm de ser inequivocamente traçadas, sem margem para atropelos ou indefinições. Esta clarificação é tão mais importante, quanto é reconhecida uma “tradição” e “má prática” de recurso indevido a trabalho não remunerado em Arqueologia, situação muitíssimo lesiva para todos os trabalhadores em Arqueologia, mas também para a Arqueologia como ciência e profissão. O STARQ não recebeu qualquer resposta. Mas o recrutamento de “voluntários” foi interrompido e não se concretizou;

2. Defesa e apoio jurídico a vários trabalhadores na **resolução e esclarecimento dos seus problemas laborais** (dúvidas sobre a segurança social, progressão na carreira, salários, protecção de dados, formação profissional, Covid-19, contratos de trabalho, higiene e segurança, acidentes de trabalho, assédio, entre outras);
3. No dia 24 de Abril, em plena situação de estado de emergência nacional por causa da pandemia do covid-19, publicou-se no jornal Público, versão online, um texto de opinião, em jeito de manifesto, intitulado «**Arqueologia também é Cultura**», que contou com a participação de dirigentes sindicais. De acção colectiva, subscrita por 55 assinantes, abrangendo a diversidade profissional e regional do sector arqueológico, o texto procurava alertar publicamente, provocando a discussão, para os problemas crónicos e fragilidades laborais, sociais e enquanto ciência da arqueologia em Portugal, que se virão, a curto-médio prazo, agudizar em consequência da pandemia;
4. O STARQ esteve presente no **1º de Maio** com um número muito reduzido dos seus dirigentes, e cumprindo sempre todas as normas sanitárias. Nestes tempos em que enfrentamos coletivamente o perigo do coronavírus, também muitos trabalhadores enfrentam sérias dificuldades financeiras e a incerteza do futuro. Mais do que nunca é necessária a solidariedade dos trabalhadores e a luta pela manutenção dos

direitos e rendimentos;

5. O STARQ marcou presença na Manifestação Nacional do sector cultural «**Parados, nunca calados**», a 4 de Junho. A Sara Brito, vice-presidente do sindicato, deixou nas ondas sonoras as nossas queixas e reivindicações;
6. Uma delegação da plataforma Cultura em Luta **reuniu**, a 15 de Janeiro, com a **Ministra da Cultura**, no Palácio Nacional da Ajuda. O **STARQ**, como integrante na mesma, esteve presente na reunião, dando voz a alguns dos temas mais preocupantes da área da Arqueologia e do Património;
7. No âmbito da **Semana da Igualdade**, o STARQ, em articulação com a CIMH, CGTP-IN e MSU, entre os dias 2 e 6 de Março de 2020, o STARQ **visitou** várias obras com **intervenções arqueológicas** em curso na cidade de **Lisboa**. Estas visitas serviram não só para alertar para os direitos vigentes, mas sobretudo para ouvir as trabalhadoras e trabalhadores, que revelaram problemas de desigualdades existentes;
8. A pandemia de **COVID-19**, já mil vezes foi dito, alterou tudo e as vidas de todos. O STARQ teve que se adaptar e agir rapidamente:
  - a. **Recolha e elaboração de informações actualizadas** sobre os apoios sociais que os trabalhadores podiam requerer e **esclarecendo muitas dúvidas** que nos chegaram, tanto de associados como de não associados;
  - b. **Auscultação da comunidade arqueológica** acerca do impacto que a pandemia estava a ter na sua actividade laboral. Desse modo, elaborámos dois **inquéritos** (Abril e Maio), que nos revelaram um já esperado cenário de precariedade, alguma perda de trabalho e sobretudo muito receio pelas precárias condições de higiene e segurança;
  - c. A fase do 1º desconfinamento inaugurou um terceiro momento de actuação. Foi a altura de **descrever a situação do sector aos partidos e aos Ministérios** da Cultura, Ciência, Tecnologia e Ensino Superior, Economia, Trabalho e Segurança Social e Infra-estruturas. Reunimos também com a Federação de Sindicatos da Construção Civil, com a qual elaborámos um **programa de 40 medidas a implementar nas empreitadas**, de forma a

evitar os contágios de COVID-19 e melhorando assim a segurança dos trabalhadores;

d. Finalmente, participamos em **acções sobre o teletrabalho** que nos permitirão agir em defesa dos trabalhadores que se encontrem neste regime laboral. A nossa missão é estar sempre em actualização e adaptação de modo a melhor defender os nossos associados;

9. Durante o primeiro semestre de 2020, o STARQ manteve uma intensa **acção reivindicativa junto da DGPC:**

- (i) Exigiu à DGPC o **cumprimento do RTA**, no que respeita à responsabilização das **entidades enquadrantes** por relatórios em atraso, na exata medida do que é exigido aos arqueólogos diretores científicos;
- (ii) Pronunciou-se sobre as **alterações orgânicas na DGPC**, que em nada contribuíram para a resolução dos graves problemas funcionais daquele organismo e que, principalmente, inviabilizaram a há muito desejada criação de uma unidade orgânica para o Centro Nacional de Arqueologia Náutica e Subaquática;
- (iii) Reagiu à nomeação da **nova direcção da DGPC** que, mais uma vez, não inclui nenhum arqueólogo e, considerando o perfil dos novos dirigentes, parece favorecer a área da gestão financeira e do negócio imobiliário, em detrimento da gestão do Património Cultural propriamente dita;
- (iv) No contexto da pandemia **Covid-19**, o STARQ exigiu junto da DGPC a **adoção de procedimentos simplificados de substituição de directores científicos** de trabalhos arqueológicos em curso, em caso de infecção ou quarentena destes, e também o **reforço das medidas de prevenção contra COVID-19** nas intervenções arqueológicas no âmbito das suas obras. Foram enviados a diversas as entidades os resultados do inquérito aos trabalhadores de Arqueologia (Março de 2020) sobre os impactos imediatos da pandemia, a nível económico e a nível das condições de saúde, segurança e higiene nos locais de trabalho;

(v) No dia 3 de Junho, a pedido do STARQ, realizou-se uma **reunião** com a **direcção da DGPC**. Para além do balanço sobre a deficitária reacção da DGPC à pandemia Covid-19 (passividade, falhas de comunicação, falta de medidas de apoio à comunidade arqueológica; falhas nas medidas de prevenção), foram abordados os atrasos nos processos de recrutamento de trabalhadores, mesmo nos casos em que já existe compromisso público do Ministério da Cultura/DGPC. O STARQ continua a exigir o recrutamento de trabalhadores que permita fazer face às lacunas diagnosticadas nos serviços centrais e dependentes, nomeadamente nos museus de Arqueologia da DGPC. O STARQ apresentou ainda as suas linhas programáticas estruturais para a resolução dos graves problemas da Arqueologia nacional, designadamente a reactivação do apoio financeiro à investigação arqueológica;

10. De 22 a 26 de Junho, no âmbito da **Semana da Luta** da CGTP, o STARQ desenvolveu uma série de acções junto dos trabalhadores de arqueologia, assim como **visitas a locais de trabalho de Arqueologia**, em **Lisboa** e na região **Centro**, onde nos tinham sido comunicadas falhas graves na implementação das regras de higiene e segurança no trabalho e também nos direitos dos trabalhadores, aproveitando para ouvir as opiniões dos colegas;

11. Finalização do **Caderno Reivindicativo**, instrumento de promoção e defesa dos trabalhadores, constituindo-se como uma proposta concreta de discussão e de mobilização para a transformação e melhoria das condições de trabalho;

12.

13. Trabalho de elaboração do **Caderno Reivindicativo** para a Arqueologia Empresarial, que será usado nas negociações com vista à contratação colectiva. Este é um documento que contempla propostas concretas no âmbito das remunerações, combate à precariedade, carreira, higiene e segurança no trabalho, férias, entre outros. Ele é a base para negociarmos com as entidades patronais condições de trabalho melhores, elaborando-se Convenções Colectivas de trabalho, que venham a melhorar e regular as condições laborais no sector da Arqueologia;

14. No início do ano chegaram ao STARQ várias denúncias sobre canais de detectorismo

ilegal (You Tube) e páginas de apoio a esta actividade (Facebook), onde constam vídeos que documentam a **procura ilegal de vestígios arqueológicos**, com recurso a detectores de metais, em sítios arqueológicos. Depois de apreciadas as denúncias e os sites neles referidos foi decidido pelo colectivo STARQ proceder a uma denúncia pública e oficial junto da Direcção Geral do Património Cultural e outra junto da Secção de Obras de Arte da Polícia Judiciária. Não obtivemos resposta de nenhuma;

15. Obtenção, pela primeira vez, ao abrigo do disposto no artigo 32.º da Lei n.º 105/2009, de 14 de Setembro, e daqui em diante numa base anual, da **informação sobre a actividade social** das diferentes empresas – constante nos **Relatórios Únicos**. Estes relatórios permitem obter dados importantes sobre: a) quadro de pessoal; b) fluxos de entrada e saída de trabalhadores; c) relatório anual de formação contínua; d) relatório anual das actividades do serviço de segurança e saúde no trabalho; e) Informação sobre greves; f) informação sobre prestadores de serviços;
16. Aumentando a nossa visibilidade e progressivamente ganhando força, estivemos, pela primeira vez, em dois locais diferentes na celebração do **1º de Maio**. Inseridos no sector da Cultura, participamos em Coimbra e Lisboa, contra as, à data, recentes situações na DGPC, acerca da contratação de arqueólogos, pelo direito ao trabalho digno;
17. **Tomadas de posição públicas e oficiais contra o processo de descentralização**, que afectou c.70 monumentos afectos à DGPC e DRC's e cinco museus de âmbito regional ou temático. Pela forma como se constitui, trata-se de uma opção que menospreza o valor cultural e a sua importância na formação do indivíduo e sociedade;
18. **Participação na discussão pública sobre o modelo de gestão autónoma dos museus, monumentos, palácios e sítios arqueológicos** (a que se seguiu o envio de uma participação escrita). A nossa actuação passou, como sempre, pela defesa de uma efectiva política pública para o património, pela reactivação dos programas de apoio à investigação, pelo investimento na valorização dos sítios e monumentos, pelo reforço dos recursos técnicos e logísticos. Na sequência deste debate, foi publicado em 5 de Junho no Diário da República, o Decreto-Lei n.º 78/2019, o



regime jurídico de autonomia de gestão dos museus, monumentos e palácios. Na sequência do parecer do STARQ, os sítios arqueológicos “desapareceram” do título do diploma (a única parte do documento em que figuravam na fase de proposta...). Assim em vez de se fingir que os sítios arqueológicos estavam incluídos neste modelo de gestão, os sítios arqueológicos ficaram formalmente excluídos deste modelo de gestão;

19. **Alerta público sobre a implantação e cumprimento de medidas de segurança e saúde no trabalho.** O STARQ tem como uma das suas missões a caracterização das condições médicas/acidentes de trabalho resultantes da actividade arqueológica. Por essa razão é importante que estes nos sejam comunicados de modo a melhor implementar medidas de prevenção;
20. **Alerta público sobre o assédio sexual,** que afecta arqueólogas que trabalham sobretudo em contexto de obra, um mundo maioritariamente masculino, propiciadas pelas condições precárias em que se encontram as trabalhadoras e trabalhadores. Contudo, o assédio sexual não se cinge ao sector privado, ocorrendo igualmente no sector público e, cada vez mais, começa-se a ouvir falar sobre a existência desta prática no mundo académico;
21. Realização de **pedidos de reunião aos diversos partidos políticos** na perspectiva de que estes construíssem o **compromisso para a Cultura no Programa Eleitoral 2019-2023**, cientes das principais dificuldades com que se deparam os trabalhadores do sector e as questões que colocam grande parte do património sob ameaça de destruição ou desaparecimento. É para o sindicato importante que os partidos políticos tenham conhecimento de como se estrutura e exerce a Arqueologia em Portugal e os problemas que afectam o sector e os seus trabalhadores. O STARQ recebeu resposta positiva para reunião do Partido Ecologista os Verdes (PEV), do Partido Comunista Português (PCP) e do Bloco de Esquerda (BE). No cenário pós eleições legislativas, o STARQ voltou a enviar propostas de reuniões para os diversos partidos políticos com o intuito de continuar a debater e combater os vários problemas que assolam o sector da Arqueologia;
22. Elaboração do documento "**Diagnóstico e propostas políticas para o sector de arqueologia e património**", a partir do qual deu início às diversas reuniões

políticas. Abordaram-se as problemáticas que afectam os dois principais eixos na arqueologia portuguesa: privado e público. Assim, vários foram os temas apresentados e discutidos, dos que se destacam: a precariedade, sobretudo o persistente abuso do recurso aos falsos recibos verdes; o necessário reforço da Autoridade para as Condições do Trabalho (ACT) como parte da luta por condições dignas; a falta de pessoal e de recursos técnicos na Direcção-Geral do Património Cultural (DGPC); a preocupante situação do Centro Nacional de Arqueologia Náutica e Subaquática (CNANS) e do Laboratório de Arqueociências (LARC); a dramática conjuntura do Museu Nacional de Arqueologia (MNA); os inúmeros casos de destruição arqueológica resultante dos projectos de agricultura intensiva; os previsíveis impactos do processo de descentralização sobre o património; entre outros;

**23. Diagnóstico de capacidades, junto dos municípios e Governo Regional açorianos**, procurando compreender a sua capacidade de resposta no que diz respeito à salvaguarda do Património Cultural Arqueológico. Fizemo-lo numa iniciativa pedagógica, para a promoção da cessação de vários danos patrimoniais, amplamente divulgados nos meios de comunicação social regionais e geradores de inúmeros manifestos de incómodo pela população. Somente três municípios têm arqueólogo nos seus quadros, o que se considera manifestamente insuficiente, tendo sobretudo em conta a realidade ultraperiférica do arquipélago e a dispersão das próprias ilhas entre si, desfavoráveis à gestão eficiente dos postos de trabalho e ao estabelecimento permanente do sector privado;

**24. Posicionamento contra alterações à legislação laboral**, aprovado em fins da última Legislatura, que entraram em vigor a 1 de Outubro de 2019. O Documento evidencia o afastamento em relação à realidade do Trabalho. Plasma-se esta distância na omissão de um combate real à Precariedade no Trabalho, que no sector da Arqueologia se alinha como norma. Antes, foram aprovadas medidas que diminuem a robustez dos vínculos contratuais, como é exemplo o alargamento do período experimental dos Contratos sem Termo de trabalhadores de primeiro emprego ou desempregados de longa duração, dos 90 para 180 dias, sendo possível nesta fase o despedimento sem justa causa; ou o alargamento funcional dos “contratos de muito curta duração”. Por isso assinalamos a omissão, nestas tão parciais negociações, de um efectivo combate aos falsos “recibos verdes”, às

remunerações que a tantos lançam à pobreza, à excessiva carga horária, que devia ser indexada às 35 horas da Função Pública, à reposição dos valores do trabalho suplementar, ao direito a 25 dias de férias e ao efectivo combate e protecção de trabalhadores vítimas de assédio ou repressão;

25. Participação do STARQ, no âmbito da plataforma “**Cultura em Luta**”, com presença de cerca de **3 dezenas de arqueólogos na manifestação 10 de Dezembro**, em Lisboa, em defesa da definição de outra política cultural, pela defesa do Património Cultural, pelo combate à precariedade e o fim do recurso aos falsos recibos verdes e outros vínculos ilegais, pelo compromisso de 1% do OE para a Cultura, avançando para a criação de um Serviço Público de Cultura apoiado no trabalho com direitos.

26. O **último nível de acção** é mais **vasto** e por vezes mais discreto já que se situa na esfera das escolhas políticas para o Emprego e Cultura. Para combater o que o STARQ considera um desinvestimento intencional na Cultura e na falta de vontade política em criar um programa cultural estruturado, o STARQ tem vindo a reunir com ministros, secretários de estados, deputados e outras entidades do sector cultural de modo a mostrar alternativas e pressionar para a mudança. Para um trabalho digno em arqueologia não basta actuar judicialmente sobre as consequências da precariedade, mas também mudar consciências e vontades. Um trabalhador com um vínculo estável, que lhe permita ter uma vida familiar e pensar a médio/longo prazo é um trabalhador mais feliz, saudável e eficiente. É também essencial que se valorize o trabalho em arqueologia, e por consequência os seus trabalhadores, como uma actividade relevante tanto na Cultura como na Sociedade portuguesas;

27. A somar a toda esta actividade, foram realizadas várias tarefas que dizem respeito ao regular funcionamento do nosso sindicato, resolvendo algumas **questões burocráticas e de organização**, relacionadas com a contabilidade e organização de documentação.

## **2.2 Comunicação**

Tornar o STARQ mais representativo é uma das nossas mais resilientes tarefas, um trabalho constante, de dia-a-dia. Este objectivo tem sido possível porque actuamos com uma postura franca e aberta, ora realizando reuniões de direcção abertas à participação dos sócios,

ora promovendo encontros com os trabalhadores, ora estabelecendo outros contactos, com vista ao seu esclarecimento e à sua consciencialização. Aos que não conseguimos chegar de outra forma temos desenvolvido uma estratégia de comunicação, através da potencialização de **ferramentas digitais**, nomeadamente o *facebook*, o *instagram*, o *zoom* e o *twitter*, assim como o nosso novo *sítio da internet*. O *site* foi renovado pela equipa da direcção e está novinho em folha. Pauta-se pela sua simplicidade e facilidade de organização. A somar a isto continuamos a edição do **boletim digital** do STARQ com periodicidade semestral, assim como a concepção de materiais gráficos e informativos visando esclarecer os trabalhadores sobre os seus direitos, veículos essenciais na divulgação de acções de luta, actividades e ideias-chave do STARQ.

Para além disso, reforçamos a nossa presença e visibilidade mediática, com uma cada vez maior atenção aos nossos problemas, que foram transmitidos em numerosos **meios de comunicação social**. Assim, passo a passo, à medida que crescemos, e à medida que nos pronunciamos acerca das (muitas) questões que assolam o nosso sector, vamos também aumentando a nossa **visibilidade** e progressivamente ganhando **força**.

### **2.3 Envolvimento dos associados/comunidade e formação sindical**

A direcção participou em várias acções de divulgação do seu âmbito de actuação e actividade, de forma a envolver e consciencializar a comunidade dos problemas laborais, bem como com vista a um maior envolvimento dos associados nas acções sindicais:

1. No mês de Fevereiro o STARQ esteve presente no **encontro «Precariedade no trabalho intelectual»**, que se realizou no **Porto**. O convite partiu do Sintel - Sector Intelectual do Porto do PCP. A intervenção versou sobre a falta de investimento na Cultura, o baixo índice de fecundidade e elevada taxa de abandono entre os 30 e 40 anos das trabalhadoras de arqueologia e a impossibilidade de empreender a produção científica a que estamos obrigados por lei no tempo de trabalho pago. Vários meios de comunicação estiveram presentes dando eco às nossas preocupações;
2. No passado dia 28 de Fevereiro de 2020, o STARQ promoveu no **Porto**, com o apoio do Município, a sessão pública **«O trabalho em Arqueologia: que perspectivas para o futuro?»**. A implementação de contactos mais próximos e frequentes com os trabalhadores de Arqueologia da região Norte era uma aspiração antiga do STARQ que teve, no Porto, um momento especialmente relevante. A sessão registou uma

boa afluência (mais de 30 participantes) e permitiu uma melhor percepção do contexto laboral regional;

3. O STARQ continuará a acompanhar com proximidade os profissionais do sector que vivem e exercem a sua actividade em TODO o país, constituindo-se como um veículo de intermediação e resolução dos vários (e graves) problemas que assolam o nosso sector profissional.
4. O STARQ, enquanto representante dos trabalhadores de Arqueologia, aderiu à **Plataforma pelo Património Cultural (PP-Cult)**, que agrega diversas associações em defesa do Património Cultural, enquanto valor estratégico e oportunidade nacional, enquanto condição de construção cidadã do nosso futuro;
5. Em Abril, o STARQ marcou presença numa **audição pública** designada «**As respostas inadiáveis no sector da cultura**», promovida pelo PCP. Pela voz da Jacinta Bugalhão, alertamos para os problemas estruturais gritantes que numa situação destas vêm ao de cima de uma forma dramática: falta de investimento público, precariedade e carência de condições de higiene e trabalho. Por via da pandemia Covid-19, ficou ainda mais claro: deixámos de fazer parte da Cultura. O património cultural deixou de existir, pelo menos no discurso dos responsáveis;
6. O STARQ esteve *online*, no dia 16 de Abril, com a comunicação «**Arqueologia e Movimento Sindical: o STARQ**», num **ciclo de conferências digitais** promovidas pela UNIARQ denominado «**Arqueologia e o Mundo Contemporâneo - de Casa para o Mundo**». Demos a conhecer as linhas de acção do STARQ, assim como fizemos uma breve caracterização da actividade arqueológica em Portugal, dando lastro para reflectir sobre os nossos problemas e caminhos a percorrer;
7. Em Maio o STARQ participou, pela voz da sua vice-presidente Sara Brito, no programa **Antena Aberta (Antena 1)**, onde se discutiu o tema «**O sector da cultura aflito com o impacto da pandemia**». A Arqueologia é Cultura e é como tal que os problemas do sector devem ser resolvidos;
8. Em Junho debatemos o nosso sector na sessão «**Cultura, e agora?**», organizado pela **Fundação José Saramago**, apontando soluções para vários problemas que afectam a comunidade arqueológica. Temos diagnóstico, temos propostas claras;

9.

10. Comemoração do 7º aniversário do STARQ, a 30 de Março, no Museu Nacional de Arqueologia, sete anos de resistência celebrados através da mesa redonda **“Percursos do Trabalho em Arqueologia”**, que contou com a presença dos arqueólogos José d’ Encarnação, Susana Correia, Rui Morais e Liliana Matias Carvalho, como oradores, entre vários sócios e não sócios;
11. No âmbito dos objectivos para o ano de 2019, uma maior e melhor abrangência geográfica da acção sindical, **visitou algumas instituições do sector sediadas no distrito do Porto**, nomeadamente, a Estação Arqueológica do Freixo / Tongobriga e a Escola Profissional de Arqueologia, onde foi possível conversar com os trabalhadores;
12. Realização de uma **acção formativa sobre Contratação Colectiva e Acção Reivindicativa**, que decorreu nos passados dias 23 de Fevereiro e 2 de Março de 2019. Com a ajuda e o enquadramento fornecidos pela CGTP-IN, entre várias áreas, capacitámo-nos para melhor conhecer os problemas dos trabalhadores (reivindicações comuns e reivindicações específicas), elaborando um caderno reivindicativo e compreendendo da melhor forma todas as diferentes fases, procedimentos e papel dos trabalhadores;
13. Nos dias 24 e 25 de Janeiro participámos também numa acção de **formação sobre Computação Gráfica**, na União de Sindicatos de Lisboa. O balanço desta formação foi extraordinariamente positivo, permitindo-nos melhorar as nossas capacidades próprias e esclarecer muitas das dúvidas que existiam acerca da acção sindical propriamente dita. A formação sindical prova-se, sem dúvidas, um instrumento prático e útil para construir um sindicato cada vez mais eficaz;
14. Presença na conferência **“Femininos e Arqueologia”** no âmbito da comemoração do dia Internacional da Mulher;
15. A convite da Cul.tra (Cooperativa Cultura Trabalho e Socialismo), participação por três dos seus elementos directivos no **Curso Livre sobre Direito do Trabalho e Lutas Laborais**, que teve lugar no Porto nos dias 29 e 30 de Junho. Neste curso estiveram presentes deputados, dirigentes partidários e sindicais, historiadores e sociólogos, advogados e juristas especializados em direito laboral, inspectores da

ACT e investigadores que discutiram os mais recentes problemas laborais procurando-se não só a sua identificação, mas também a sua solução. Destaca-se a abordagem da contratação colectiva, a reflexão sobre o horário de trabalho (banco de horas, adaptabilidade, trabalho suplementar e por turnos) e o direito à desconexão fora do horário de trabalho. Foi de grande interesse a formação “Assédio: o que é, como denunciar, que provas recolher, o que diz a lei?” já que têm sido várias as denúncias feitas ao STARQ que preconizam situações de assédio laboral. Foi ainda revista a legislação em vigor sobre despedimento e direitos inscritos na segurança social. Finalmente fez-se um importante balanço sobre a lei de combate aos recibos verdes, na nossa opinião insuficiente, preconizando-se novas medidas para a sua eliminação;

16. No dia 5 de Setembro o STARQ esteve presente no **25º Encontro Anual da European Association of Archaeologists**, na cidade de Berna, Suíça. Integrado na sessão ‘Is Archaeology Practical?’, o STARQ participou com a comunicação ‘**STARQ: the case of the Portuguese trade union for archaeologists**’. Esta participação foi uma oportunidade para aumentar a rede de contactos do STARQ, reflectir em conjunto sobre os problemas dos profissionais de arqueologia e o impacto dos mesmos na qualidade da prática arqueológica portuguesa. Procurámos pensar sobre a existência do sindicato enquanto espaço de resistência e activismo social e a sua importância na concretização de uma actividade profissional mais ética, mais democrática e igualitária;
17. Presença nas **universidades** – Universidade do Évora e Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa – onde são leccionados cursos formativos em arqueologia, tendo apresentado **aulas/palestras** a alunos e investigadores. Esta participação é muito valorizada não só por permitir transmitir uma noção sobre a realidade laboral em Arqueologia e do funcionamento do sindicato aos futuros profissionais, mas também por deixar as sementes do que devem esperar e exigir em termos de direitos/protecção laboral. Estas iniciativas permitem, ainda, trocar ideias com os professores e investigadores de Arqueologia, eles próprios trabalhadores enquadrados no âmbito do STARQ, sobre o exercício da profissão no meio académico e empresarial.

## CONTAS DO EXERCÍCIO ECONÓMICO DE 2020

### Pagamentos e recebimentos

<b>Mapa de recebimentos e pagamentos - Ano 2020</b>	
<b>Recebimentos</b>	<b>Pagamentos</b>
<b>1. Recebimentos actividade</b>	<b>1. Funcionamento</b>
Jóias e quotas: 9675,49€	Pessoal: - €
Actividades	Seguros: - €
Doações	Rendas: - €
Subsídios	Manutenção: - €
Outros	Água, electricidade e gás: - €
<b>2. Recebimentos comerciais</b>	Representação e deslocações: 450,36€
	Comunicações: 182,08€
<b>3. Recebimentos Capitais</b>	Material de escritório: 22,00€
	Higiene, segurança e conforto: - €
<b>4. Recebimentos prediais</b>	Despesas específicas das actividades: 868,50€
<b>Total</b> 9675,49 Euros	Outras
	honorário de serviços de assessoria jurídica: 5121,16€;
	custas judiciais: 260,30€
	custos administrativos: 449,59€
	comissões bancárias: 74,88€
	organização de iniciativas: 0,00€
	gestão sítio internet: 43,00€
	<b>2. Investimento</b>
	Aquisição de equipamentos
	Aquisição ou construção de instalações
Outras	
<b>Total</b>	7471,87 Euros
Saldo do ano anterior: 5486,49€	
Receitas: 9675,49€	
Despesas: 7471,87€	
Saldo para o ano seguinte: 7690,11€	